ALERTA EPIDEMIOLÓGICO Nº 4

CIEVS/COORDESP/GEREPCD/SAPAPVS/SES-MA

05/03/2026

Rede CIEVS: Vigilância, Alerta e Resposta em Emergências em Saúde Pública

Assunto: Alerta aos Gestores e Profissionais de Atenção à Saúde sobre aumento de doenças e agravos ocasionados no período das chuvas

Atualização do Alerta Epidemiológico Nº 4/2024: Aumento de doenças ocasionadas no período das chuvas

1. Introdução

O Estado do Maranhão apresenta características climáticas típicas do clima tropical de influência equatorial, com a ocorrência de dois períodos sazonais bem definidos: o período chuvoso e o período seco. Em função de sua ampla extensão territorial, diversidade geoambiental e características hidrográficas, a distribuição das chuvas ocorre de forma heterogênea entre as regiões do estado, concentrando-se predominantemente entre os meses de janeiro e junho no litoral norte e entre outubro e março na região sul (MARANHÃO, 2025).

Para o ano de 2026, as análises climatológicas e hidrometeorológicas indicam a manutenção desse padrão sazonal, com previsão de intensificação dos volumes pluviométricos em determinados períodos, especialmente nos meses de fevereiro a abril, configurando maior risco para a ocorrência de alagamentos, inundações, enxurradas e outros desastres hidrometeorológicos no território maranhense (INMET, 2026).

Diante desse cenário, a Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, por meio da Coordenação das Emergências em Saúde Pública (COORDESP), emite o presente Alerta Epidemiológico com o objetivo de orientar gestores e profissionais de atenção à saúde quanto ao aumento do risco de doenças e agravos associados ao período chuvoso, reforçando as ações de vigilância, prevenção, controle e resposta oportuna, com ênfase no monitoramento epidemiológico e ambiental, na notificação imediata de agravos e na articulação entre vigilância, atenção à saúde e gestão, conforme as fases operacionais do Vigidesastres (normalidade, alerta, mobilização, emergência e crise) (BRASIL, 2024).

2. Situação Epidemiológica no Brasil e no Maranhão

Os eventos hidrometeorológicos, associados tanto ao excesso quanto à escassez de precipitações, exercem impactos diretos e indiretos sobre o perfil epidemiológico da população maranhense. No período chuvoso, observa-se o aumento do risco de transmissão de doenças infecciosas, a intensificação da proliferação de vetores, a contaminação da água para consumo humano e a ocorrência de acidentes ambientais. (BRASIL, 2026; ANA, 2026).

Entre as arboviroses (dengue, zika e chikungunya), a incidência costuma crescer por causa da proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Doenças de transmissão hídrica e alimentar**,** incluindo diarreias agudas, também tendem a aumentar pela contaminação da água e alimentos. Além disso, a ocorrência de acidentes por animais peçonhentos é muito frequente neste período, assim como infecções secundárias em ferimentos decorrentes de enchentes. Esses padrões epidemiológicos estão associados às condições ambientais e socioeconômicas que caracterizam o período das chuvas no Brasil (MARANHÃO, 2025).

A leptospirose também tem forte ocorrência em período chuvoso. No Brasil, é considerada uma zoonose endêmica que tende a se tornar epidêmica ocasionada pelas enchentes, especialmente em áreas urbanas de baixa renda com infraestrutura sanitária inadequada e alta infestação de roedores. Diante do amplo espectro clínico da doença, as ações de vigilância, incluindo diagnóstico oportuno, prevenção e controle ambiental, devem ser intensificadas para reduzir morbimortalidade, especialmente nos períodos de maior risco de transmissão (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024).

As arboviroses, principalmente a dengue, aumentam consideravelmente, esse fato acontece devido à alta incidência de chuvas em grande parte do país, já que o acúmulo de água faz com que a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* se intensifique. O acúmulo de água em recipientes e superfícies expostas amplia a disponibilidade de criadouros, contribuindo para o aumento vetorial e intensificação da transmissão dessas doenças. Trazendo a necessidade de vigilância epidemiológica contínua e adoção de medidas de prevenção e controle oportunas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2025).

Não menos relevantes, as doenças de transmissão hídrica e alimentar (DTHA) causados por bactérias, vírus, parasitas e toxinas, a transmissão se dá principalmente por via fecal-oral, tanto na forma indireta por água e alimentos quanto na direta por contato pessoa a pessoa. A manifestação clínica predominante é a diarreia, definida como três ou mais evacuações amolecidas ou aquosas em 24 horas, com duração de até 14 dias (BRASIL, 2024).

Entre os principais agravos de DTHA associados, incluem-se:

- **Febre tifoide**

  É uma infecção sistêmica causada pela Salmonella Typhi, geralmente por ingestão de alimentos ou água contaminados, e ocorre predominantemente em locais associados a precárias condições de higiene e à falta de saneamento básico (BRASIL, 2024).

- **Hepatites A e E**

  São transmitidas pela via fecal-oral e estão diretamente relacionadas às condições de saneamento básico, higiene pessoal, relação sexual desprotegida (contato boca-ânus) e qualidade da água e dos alimentos (BRASIL, 2024).

- **Cólera**

É uma infecção diarreica aguda causada pela ingestão de alimentos ou água contaminados com a bactéria Vibrio cholerae, representando uma ameaça global à saúde pública. O acesso à água potável, saneamento básico e higiene é essencial para a prevenção da cólera e de outras doenças transmitidas pela água (WHO, 2024).

- **Doenças dermatológicas e respiratórias**

Têm sua predominância no período chuvoso, em função do clima quente e úmido, que favorece o surgimento de algumas doenças no período das chuvas, como o surgimento das micoses, infecções causadas por fungos que atingem principalmente pés, unhas e dobras da pele (São Paulo, 2026). Também este período favorece o surgimento de vários vírus respiratórios, pois com a flutuação do clima às vezes, com mais umidade, ou mesmo calor, são condições propícias para o surgimento da maioria dos vírus respiratórios, tais como: influenza, vírus sincicial respiratório, adenovírus, covid-19, dentre outros (DANTHÉIAS, 2026).

- **Meningite**

Entre as doenças meningocócicas a meningite meningocócica é a mais frequente delas, e a meningococcemia a forma mais grave (BRASIL, 2024).

- **Acidentes por animais peçonhentos**

Ocorrem de forma contínua ao longo do ano, mas sua incidência tende a aumentar em períodos de chuva e calor, quando as condições ambientais favorecem o deslocamento e maior circulação de serpentes, escorpiões e aranhas nas áreas urbanas e rurais, exigindo estratégias contínuas e intensificadas de prevenção, vigilância e assistência às populações expostas (BRASIL, 2025; SES-DF, 2025).

- **Tétano e difteria**

Tétano é uma doença infecciosa grave, não transmissível, causada pela bactéria *Clostridium tetani*, associada a ferimentos contaminados por esporos presentes no solo, poeira e fezes de animais (BRASIL, 2024; OMS, 2023). A difteria é uma doença infecciosa transmitida por gotículas respiratórias ou por contato direto com secreções e lesões cutâneas, acometendo principalmente as vias respiratórias superiores e a pele, podendo ser transmitida por indivíduos sintomáticos ou portadores assintomáticos (BRASIL, 2024; OPAS, 2023).

- **Violência interpessoal e autoprovocada**

Constitui importante problema de saúde pública, com impactos físicos, psicológicos e sociais, demandando identificação precoce, notificação compulsória e atuação integrada da rede de atenção à saúde (BRASIL, 2023; OMS, 2014). Neste período, sua ocorrência se apresenta principalmente em contextos de acolhimento institucional e abrigos coletivos, podem ser agravadas por condições de vulnerabilidade, superlotação e fragilidade de vínculos sociais, exigindo vigilância ativa, notificação compulsória e atuação integrada da rede de proteção e saúde (BRASIL, 2023).

Todas as doenças, agravos e eventos de saúde pública que compõem a lista nacional de notificação compulsória devem ser comunicados de forma imediata ou semanal ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), conforme exigido pela Portaria GM/MS GM/MS nº 10.175, de 23 de janeiro de 2026, que atualiza a lista nacional de notificação compulsória para fins de vigilância epidemiológica no âmbito do SUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2026).

3. Recomendações

Considerando o atual cenário epidemiológico, seguem as recomendações por esfera de atuação:

À Atenção Primária à Saúde municipal

- Identificar as áreas de risco e quantidade de famílias e de pessoas que possam ser afetadas;
- Identificar todos os dispositivos coletivos dentro do território;
- Identificar precocemente casos suspeitos de doenças e agravos que podem aumentar nos períodos chuvosos;
- Realizar ações educativas voltadas à prevenção, hidratação, higiene, uso seguro da água e proteção em caso de alagamento e cheia;
- Garantir acompanhamento de populações vulneráveis e pacientes com condições crônicas;
- Realizar o monitoramento sanitário dos abrigos temporários em articulação com a vigilância sanitária**,** assegurando a continuidade do cuidado, a vigilância de agravos, o acesso a medicamentos de uso contínuo e a adoção de medidas de promoção e proteção da saúde nesses espaços;
- Intensificar a busca ativa de indivíduos com esquema vacinal incompleto, especialmente crianças, idosos, gestantes e populações tradicionais;
- Realizar em conjunto com a vigilância epidemiológica municipal ações extramuros de vacinação, quando indicado, em abrigos, comunidades isoladas e áreas de difícil acesso;
- Garantir a disponibilidade de medicamentos, insumos e soros estratégicos, conforme demanda do local.

À Vigilância em Saúde municipal

- Intensificar a detecção, notificação e investigação de casos suspeitos e confirmados de doenças e agravos de notificação compulsória ocorridos no período das chuvas, principalmente aqueles que são de notificação imediata, tais como: dengue grave, óbitos por arboviroses, covid-19, influenza, dentre outros;
- Monitorar, de forma continua e oportuna, surtos no SINAN, incluindo o Módulo Surtos;
- Articular e apoiar as ações integradas com a vigilância ambiental, atenção primária à saúde, Defesa Civil e CIEVS estadual;

- Preencher o formulário Comunica Vigidesastres – Ministério da Saúde em caso de desastres ocasionados pelas chuvas, através do link: https://linktr.ee/comunica_vigidesastres
- Elaborar e divulgar relatórios ou informes epidemiológicos locais atualizados.

Às Unidades Regionais de Saúde

- Coordenar e apoiar tecnicamente os municípios na implementação das ações de vigilância, prevenção, imunização e assistência relacionadas às doenças e agravos associados ao período chuvoso;
- Monitorar continuamente a situação epidemiológica regional, identificando precocemente surtos, eventos inusitados e situações de risco à saúde pública, com comunicação oportuna ao CIEVS Estadual;
- Articular com os municípios os fluxos de referência e contra referência e realizar apoio aos municípios mais vulneráveis.

À Assistência à Saúde municipal

- Garantir a continuidade dos serviços essenciais, especialmente urgência e emergência, atenção hospitalar e transporte de pacientes, e quando necessário, adequar o fluxo assistencial, triagem, priorizando os casos mais graves e urgentes, de modo a garantir atendimento oportuno e evitar sobrecarga dos serviços;
- Atualizar e divulgar protocolos clínicos para manejo de doenças e agravos relacionados ao período, alinhados as diretrizes, manuais;
- Manter a articulação contínua com o Núcleo Hospitalar de Epidemiologia da unidade.

Aos Núcleos Hospitalares de Epidemiologia

- Orientar os profissionais que atuam nos serviços para detecção precoce de casos suspeitos, a notificação oportuna e identificação de mudanças no perfil da demanda associada ao período chuvoso;
- Realizar notificação imediata de doenças e agravos e comunicação contínua com a Rede Estadual de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (REVEH-MA);
- Investigar e monitorar, no âmbito hospitalar, todos os casos notificados;
- Garantir o envio adequado das amostras ao IOC/LACEN-MA, respeitando prazos e condições de acondicionamento;
- Monitorar alterações no padrão clínico-epidemiológico, contribuindo para a vigilância de mudanças no comportamento sazonal dos agravos;
- Apoiar a implementação de medidas de prevenção e controle das doenças nos ambientes assistenciais, em articulação com o serviço ou comissão de controle de infecções hospitalares (SCIH/CCIH);
- Notificar imediatamente a ocorrência de surtos nos sistemas de informação definidos e envio da DAE para REVEH-MA (nveh@saude.ma.gov.br);
- Identificar e registrar todos os contatos do caso suspeito ou confirmado, incluindo profissionais de saúde, acompanhantes e pacientes, quando indicado conformo o agravo em investigação, para adoção de medidas oportunas;
- Notificar os casos nos sistemas oficiais de informação em saúde, assegurando a qualidade e atualização dos dados, bem como contribuir com a investigação epidemiológica.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Monitoramento das condições de seca no Maranhão. Brasília, 2025. Disponível em: https://monitordesecas.ana.gov.br. Acesso em: 18 set. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Monitor de secas no Brasil. Brasília: ANA, 2026. Disponível em: https://monitordesecas.ana.gov.br. Acesso em: 03 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Reconhecimento de situação de emergência por estiagem. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mdr. Acesso em: 2 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde: volume 2. 6ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-2-6a-edicao/view. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde: volume 3. 6ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/l/leptospirose/publicacoes. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 10.175, de 23 de janeiro de 2026. Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 2017, para incluir anomalias congênitas na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 jan. 2026, p. 106-107. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria . Acesso em de março de 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. Guia para elaboração de Plano de contingência/ Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. – Brasília: Ministério da Saúde. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância em saúde ambiental: riscos associados a desastres naturais. Brasília: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/vigidesastres. Acesso em: 03 fev. 2026.

DANTHÉIAS, Bárbara. Hospital São José. Quadra chuvosa: saiba como se proteger contra as doenças mais comuns nesse período. Ceará. 2025. Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/2025/02/25/quadra-chuvosa-saiba-como-se-proteger-contra-as-doencas-mais-comuns-nesse-periodo/. Acesso em: 04/03/2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Infodengue: relatório técnico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023. Disponível em: https://info.dengue.mat.br/. Acesso em: 30 jan. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). Boletim climatológico anual e perspectivas sazonais para o Brasil. Brasília: INMET, 2026. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/noticias/noticias?noticias=2026. Acesso em: 03 fev. 2026.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde. Alerta Chuva nº 04 – Chuvas. São Luís: SES/MA, 2024. Disponível em: https://www.saude.ma.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/ALERTA-CHUVAS-No-04-CHUVAS.pdf. Acesso em: 30 jan. 2026.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais. Nota Técnica nº 74/2025: análise e prognóstico climático. São Luís: SEMA, 2025. Disponível em: https://acesse.one/djh4r. Acesso em: 30 jan. 2026.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Entenda por que os casos de dengue aumentam no verão. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2 jan. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/entenda-porque-os-casos-de-dengue-aumentam-no-verao. Acesso em: 4 mar. 2026.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Tétano: o que é, causas, sintomas, tratamento e prevenção. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/t/tetano. Acesso em: 4 mar. 2026.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Viva: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Viva: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Difteria. Washington, D.C.: OPAS, 2023. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/difteria. Acesso em: 4 mar. 2026.

SÃO PAULO. Doenças no período das chuvas: Cuidados que fazem a diferença na sua saúde. São Paulo. 2026. Disponível em: https://diagmed.com.br/doencas-no-periodo-das-chuvas-cuidados-que-fazem-a-diferenca-na-sua-saude/. Acesso em: 04/03/2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES/MA). *Alerta Epidemiológico CIEVS/SES-MA – Principais doenças e agravos no período de chuvas*. São Luís, MA: SES-MA, 2025. Disponível em: https://www.saude.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/Alerta_N_07__CIEVS__Notificacoes_de_doencas_e_agravos_em_periodo_de_chuva_e_pos_chuva_-3.pdf. Acesso em: 4 mar. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (SES-DF). *Informativo epidemiológico – Acidentes por animais peçonhentos: dados 2025*. Brasília, DF: SES-DF, nov. 2025. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Informativo_epidemiologico_acidentes_animais_peconhentos_segundo_quadrimestre_2025.pdf. Acesso em: 04/03/2026.

WHO. World Health Organization. Cholera. 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/cholera#:~:text=Cholera%20outbreaks%20occur%20regularly%20in,facilities%20and%20poor%20hygiene%20practices. Acesso em: 04/03/2024.

Supervisão Geral

Secretária Adjunta da Política de Atenção Primária e Vigilância em Saúde – Em exercício - SAPAPVS
Mayra Nina Araujo

Gerente de Epidemiologia e Controle de Doenças - GEREPCD
Dalila de Nazaré Vasconcelos dos Santos

Coordenadora das Emergências em Saúde Pública – COORDESP
Maria da Conceição Moreira Monteiro

Elaboração Técnica

Ana Flávia Oliveira Lustosa Jaldin
Técnica CIEVS/SES/MA

Djayna Serra Nunes
Apoiadora Ministério da Saúde

Flávia Jayne Damasceno Oliveira
Responsável Técnica do Vigilância em Saúde dos Riscos Associados a Desastres/COORDESP/GEREPCED/SAPAPVS/SES/MA

Jakeline Maria Trinta Rios
Responsável Técnica do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde – CIEVS/MA

Marjory Layla Castro Batista
Apoiadora Ministério da Saúde CIEVS/COORDESP/GEREPCED/SAPAPVS/SES/MA

Pallomma Christhine Pereira da Silva
Técnica CIEVS/SES/MA

Revisão Técnica
Emile Danielly Amorim Pereira
Apoiadora Ministério da Saúde REVEH/COORDESP/GEREPCED/SAPAPVS/SES/MA